

O primeiro passo de uma longa marcha

Uma luz de esperança começa a iluminar o túnel escuro da moratória brasileira. Esta é a impressão geral após o início efetivo das negociações entre o País e os bancos credores, com a participação de todas as partes interessadas, tendo como cenário a 42ª Assembléia Anual do FMI/Bird. Embora subsista ainda uma boa dose de tensão entre o Brasil e seus credores, quebrou-se, finalmente, o gelo, graças ao espírito de cooperação que domina os negociadores, independentemente da condição de credor, devedor, membro de instituição internacional ou representante de governo interessado. Sem dúvida, estamos diante de uma situação auspiciosa, que em grande parte resulta do bom senso de todos e, principalmente, da atitude racional do ministro Bresser Pereira, que apesar do seu discurso confuso em certas ocasiões conseguiu levar para a mesa de negociação uma proposta flexível e o desejo explícito do Brasil de reintegrar-se à comunidade financeira internacional.

Igualmente importante é o fato de que nosso ministro da Fazenda e sua equipe contam com todo o apoio necessário para um entendimento de alto nível com os credores, inclusive do PMDB, que afinal se curvou ao imperativo de deixar as decisões sobre o encaminhamento da questão da dívida externa para aqueles que têm competência para tanto e atribuição específica para lidar com o problema e não para os demagogos.

Desse modo, não obstante a fase preliminar em que se encontram as conversações com os credores, temos a impressão de que as coisas estão caminhando na direção certa, conforme se pode concluir pela leitura do telex enviado pelo comitê assessor a todos os bancos atingidos pela moratória após a primeira reunião formal com os negociadores brasileiros. O texto revela a presença na reunião da última quinta-feira, em Washington, além dos membros do comitê, de representantes do Fundo Monetário Internacional, do Bird, do Banco do Canadá, do Banco do Japão, do Banco da França, do Controlador da Moeda dos Estados Unidos, do Deutsche Bundesbank, do Banco Reserva Federal de Nova York, do Ministério das Finanças do Japão, do Banco Nacional Suíço e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A simples menção dessa lista é suficiente para mostrar o interesse e a atitude positiva dos credores privados, dos países do Clube de Paris e das instituições financeiras internacionais em ajudar o Brasil a sair da moratória.

O telex mostra também que o FMI e as autoridades brasileiras continuam em comunicação a respeito do programa econômico do País, assim como prosseguem as discussões com o Bird sobre possíveis programas de ajustamento setorial. Ou seja, o Brasil está dando todos os passos requeridos a um acordo com seus credores, não se excluindo a hipótese de um compromisso formal com o FMI, que pode até acontecer depois das discussões com os bancos. Não há qualquer exigência de um acordo com o FMI como pré-condição para um acerto com os credores privados, mas como disse o ministro da Fazenda britânico, Nigel Lawson, refletindo o ponto de vista dos países credores, para obter dinheiro do Clube de Paris, "o Brasil precisa ir ao FMI".

Para bom entendedor, portanto, pelo menos no que se refere à dívida contraída junto aos bancos oficiais, não parece existir saída para a exigência de um acordo prévio com o FMI, que certamente acabará acontecendo, já que o País não pode prescindir dos financiamentos oficiais e da renegociação dos débitos vencidos com o Clube de Paris. No entanto, a exigência dos credores oficiais nesta abertura das negociações vem acompanhada de grande dose de realismo e boa vontade, como se conclui pelas palavras do secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, no Comitê Interino do FMI. Segundo ele, a solução do problema da dívida requer crescimento econômico, o que pressupõe mudanças de política econômica e financiamento adequado para sustentar essas mudanças.

Baker admitiu que a relação dívida/exportações piorou em 1985-1986 e que, além disso, há outras fontes de preocupação para os países endividados como a desaceleração do crescimento nos países industrializados, a tendência de alta das taxas de juros e maiores pressões protecionistas. Mesmo assim, o secretário do Tesouro dos EUA reafirmou sua confiança na estratégia da dívida seguida até aqui pelos países credores, argumentando que os países endividados cresceram 3,7% em 1987 e deverão alcançar uma expansão de 5% no próximo ano. Ele está convicto, como seus colegas dos países mais desenvolvidos, de que não há remédios rápidos nem soluções milagrosas para o problema. E, para mostrar os melhores exemplos de sua tese, citou nominalmente os casos da Colômbia, México, Chile e Filipinas, sem deixar de lado — embora com menor ênfase — a Argentina.

Dessa forma, tudo indica que a negociação que ora se inicia se dará em duas fases:

Os credores privados deverão negociar, a tempo de evitar os prazos fatais da lei norte-americana (26/10), uma reestruturação convencional da dívida, que prevê a capitalização dos juros, novos empréstimos e outras soluções menos ortodoxas, com o ajustamento da taxa de juros à capacidade de pagamento do País. Ultrapassado esse limite, definido como a Libor ou taxa doméstica equivalente, os juros excedentes serão refinanciados se for aceita a proposta brasileira, prevendo-se também salvaguardas, na hipótese de deterioração substancial dos termos de intercâmbio.

O sucesso nesta negociação depende do (e implica o) fim da moratória, que abrirá caminho para a discussão da outra opção, que é a chamada abordagem de longo prazo, com a securitização (conversão em títulos) de parte da dívida. Nesta alternativa o Brasil parte do pressuposto de que após cinco anos de crise não é mais possível contar exclusivamente com mecanismos financeiros para rolar o principal e os juros devidos. A proposta, no entanto, não é impositiva. O valor dos créditos de cada banco a ser transformado em bônus ou recibos de depósito registrados será opcional e a sua participação voluntária. O prazo dependerá da capacidade de pagamento do País e a taxa de juros poderá variar de acordo com o desempenho da economia. Os bônus serão, de acordo com a proposta brasileira, os principais instrumentos para a conversão da dívida em investimentos.

Para que estas negociações tenham início, no entanto, é preciso superar o atual impasse na parte referente aos juros vencidos e a vencer no período 1987-1988 e, possivelmente, até 1989. A proposta brasileira pede aos credores o financiamento de US\$ 10,4 bilhões, correspondentes a 100% dos juros não pagos entre 20 de fevereiro de 1987 e 31 de dezembro de 1987 (US\$ 4,3 bilhões) e cerca de metade dos juros sobre a dívida de médio prazo a vencerem em 1988 (US\$ 3 bilhões) e 1989 (US\$ 3,1 bilhões). Finalmente, a proposta sugere a manutenção das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15 bilhões, por um novo período mais longo e taxas de juros a serem negociados.

Evidentemente, não se sabe exatamente como os credores reagirão às condições oferecidas pelo governo brasileiro, que ainda são muito gerais, como diz o comunicado do comitê assessor — o que, aliás, é bom sinal —, mas começam a surgir sinais de que está próximo um acordo que porá fim à moratória antes da data-limite de 26 de outubro, quando os bancos norte-americanos serão obrigados a rebaixar o crédito brasileiro para a categoria *value impaired*, ou valor prejudicado (para os bancos japoneses este prazo termina dia 30 de setembro).

Talvez não seja possível fazer com que os credores aceitem todas as sugestões incluídas na proposta do ministro Bresser Pereira, e existem pouquíssimas chances de que surja em pouco tempo um "acordo definitivo" de longo prazo. Mas, como acontece em qualquer marcha, dar o primeiro passo é a condição essencial para que possa ser dado o segundo, e assim por diante. E o importante é que tanto o Brasil quanto os credores parecem dispostos a dar este primeiro passo. Pela primeira vez desde o advento desta "Nova" República, as negociações estão avançando de maneira firme e responsável, como, aliás, convém aos povos civilizados.